

**UM ESPELHO PARA CLEÓPATRA:  
UM ESTUDO DE CASO SOBRE A REPRESENTAÇÃO  
DE CLEÓPATRA VII (69-30 A.C.)<sup>1</sup>**

*Marcos José de Araújo Caldas<sup>2</sup>*

**RESUMO**

Por um longo período, os estudos em cultura material foram negligenciados pelo debate historiográfico e apenas nas últimas décadas este vasto campo de estudos tornou-se um meio para abrir novos horizontes na pesquisa científica, especialmente àquela ligada à História Antiga. Este breve ensaio tem por objetivo analisar certos elementos da vida material egípcia e suas relações com a língua egípcia hieroglífica, na tentativa de contribuir para um melhor entendimento das modificações relativas à imagem de Cleópatra VII (69-30) em seu período de reinado.

**PALAVRAS-CHAVE:** hieróglifos; objeto-texto; cultura material; Cleópatra VII.

**ABSTRACT**

For a long time, material culture was neglected at the historiographical *débat*, and only in last decades it became a rich field for new horizons in the scientific research, specially in studies focused on Ancient History. This essay aims to analyse particular elements of material egyptian royal daily life and their relationship with egyptian hieroglyphic language in order to contribute for understandig of the changements concerning to some Cleopatra VIIth. (69-30 B.C.) depictions during her reign.

**RESUMÉ**

Pour longtemps la culture matérielle a été négligé dans le débat historiographique, et seulement au cours de ces dernières décennies elle est parvenue à ouvrir des nouveaux horizons de recherche scientifique, en particulier en ce qui concerne les études d'Histoire Antique. Cet essai a pour objet examiner certains éléments de la vie matérielle égyptienne royale et ses rapports avec langue égyptienne hieroglyphique afin de offrir une contribution pour comprendre les changements des représentations de la reine Cléopâtre VII (69-30 a.C.) pendant as règne.

<sup>1</sup> O presente artigo é mais uma etapa de desenvolvimento da pesquisa iniciada há três anos que redundou em artigo de 2018 em feliz parceria com a profa. Dra. Nely F. Arrais: ARRAIS, N. F.; CALDAS, Marcos José de Araújo. El Espejo de Cleopatra: Salud y Belleza en el Egipto Helenístico. In: V.V.A.A. (vários). (Org.). **La Visión Especular: El Espejo como tema y como símbolo – Estudios realizados en el Congreso Internacional ‘La visión especular’**. 11-14 de abril de 2016. Facultad de Geografía i Història de la Universitat de Valencia. 1ed.Barcelona: Calambur Editorial SL, 2018, v. 1, p. 163-181, a qual agradeço as sugestões e correções aqui propostas.

<sup>2</sup> Professor Associado III de História Antiga e Teoria da História/IM/UFRRJ.

*Ela ia sentada sob um dossel de ouro,  
adornada como se pinta Afrodite.  
(Plut. Vida de Ant. 26)*

*(...)segundo dizem, sua beleza não era tal que deslumbrasse ou que deixasse parados os que a viam; mas sua aparência tinha um atrativo inevitável e sua figura, ajudada por sua lábia e de uma graça inerente parecia que deixava cravado um agulhão no ânimo.  
(Plut. Vida de Ant. 27.)*

## INTRODUÇÃO

Entre a História e a cultura material as relações oscilaram da precariedade à rejeição. O divórcio é antigo, profundo e difícil de superar.” E prossegue: “Em geral, os historiadores desprezaram ou falharam em considerar adequadamente as articulações entre a vida social e a materialidade. Apesar de sua grande diversidade, raramente as teorias acerca da experiência histórica reconheceram a importância da dimensão material da existência humana. Em segundo lugar, a historiografia foi tímida ou totalmente inapta em incorporar as fontes materiais ao seu processo de geração de conhecimento. De berço e por vocação sedimentada, optou por privilegiar as fontes escritas de toda espécie, conferindo à cultura material, no melhor dos casos, um papel ilustrativo ou de corroboração. Vale acrescentar que, no sentido inverso, a situação não é melhor: em muitos domínios –na Arqueologia e na História da Arte, também na Antropologia e nos estudos da tecnologia, entre outros– as análises centradas na cultura material debruçaram-se excessiva ou exclusivamente sobre os atributos físicos dos objetos, suas características técnicas ou plásticas, marginalizando dimensões fundamentais caras à abordagem historiográfica, como o contexto social e a dinâmica temporal. Os resultados foram, por vezes, muito precisos quanto a formas e estilos, matérias e técnicas, tipologias e seriações, mas frequentemente decepcionantes para se entender historicamente as sociedades. (REDE, 2012, pp. 133-150)

Esta longa citação ecoa fundo no que parece ser uma das principais vias que a História tem trilhado nos últimos tempos, a saber: a necessidade de diálogo constante ou mesmo *dependência* de que a Ciência Histórica tem para com os diversos saberes, em um nível que pode, ao fim e ao cabo, modificar ontologicamente o seu *savoir faire*<sup>3</sup>. Este não é lugar para desenvolvermos as dramáticas consequências que os caminhos que têm sido tomados podem levar à reformulação do *fazer histórico*, mas o peso da sentença acima

<sup>3</sup> Para uma avaliação recente e atualizada das possíveis intersecções e interações entre História e demais Ciências cf. MOTTA, M. M. M; MARTINS, M. de S. N. (orgs.) **História e Parceria**. Seropédica/RJ: EDUR, Anpuh, 2018.

mencionada nos obriga a redimensionar nossas escolhas teóricas, nossos métodos empregados e mesmo nossa apresentação do assunto tratado, com o perigo de, se o não fizermos, subdimensionar o alcance, a trajetória e o ponto de partida do tema em tela.

Consideradas estas observações, ainda que de modo genérico e superficial, avançaremos mais um passo em direção ao exame da contribuição que a escrita hieroglífica clássica em sua dimensão material possa ter para uma reflexão sobre a (re)inserção desta mesma escrita em um contexto originário socialmente dado, do qual ela fora privada, por razões - *grosso modo* – museais<sup>4</sup>. Correndo o risco não apenas da superficialidade supracitada, mas também de uma subjetividade a ela subsumida, passaremos para um breve quadro histórico, apresentando posteriormente a análise das fontes, seguindo, enfim, para uma provisória conclusão.

## QUADRO HISTÓRICO

A morte de Alexandre Magno (356-323 a.C.) deflagrou uma série de lutas sangrentas entre seus antigos generais em torno de seu legado territorial<sup>5</sup>. Um dos palcos centrais das ações militares, conhecidas pela historiografia moderna como ‘Guerras da Síria’ (274-168 a.C.), foi a antiga região da Coele Síria disputada pelas casas reais dos Selêucidas, da Síria, e dos Ptolomeus<sup>6</sup> do Egito<sup>7</sup>. A partir de 204 a.C., enquanto as

<sup>4</sup> Não é possível aqui, pelas dimensões desta publicação, apresentar uma longa discussão acerca das implicações que a questão museal tem para com os contextos originários de objetos - de diversas naturezas – de sociedades antigas, pois um debate preliminar mereceria ser travado, a saber: o *fazer histórico* no estudo da cultura material. Deste modo, sugere-se a leitura de MENESES, U.B. de A. – A Cultura Material no Estudo das Sociedades Antigas. **Revista de História**, nr. 115, 1983, pp. 103-117.

<sup>5</sup> Problemas relativos à cronologia do período e às suas fontes confira em WALBANK, F. W. Sources for the period. In: WALBANK, F.W.; ASTIN, A.E; FREDERIKSEN, M.W.; OGILVIE, R.M. (EDS.) **The Cambridge ancient history**. Vol. 7. Parte 1. The Hellenistic World. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. 1-22.

<sup>6</sup> Em língua portuguesa, prefere-se a grafia Ptolomeu com ,o’ a Ptolemeu com ,e’.

<sup>7</sup> A Coele Síria designava o território sob domínio ptolomaico que abrange parte da hoje Síria, Líbano, interior do Líbano, o rio Jordão e o mar morto. Segundo Heine (vide bibliografia) alguns autores a estendem até o mar vermelho, incluindo aí o sul da Palestina. Sobre a formação dos novos reinos da Ásia Menor e as guerras entre os ptolomeus e os selêucidas veja principalmente HEINE, H. The Syrian-Egypt Wars and the new kingdoms of Asia Minor. In: WALBANK, F.W.; ASTIN, A.E; FREDERIKSEN, M.W.; OGILVIE, R.M. (EDS.) **The Cambridge ancient history**. Vol. 7. Parte 1. The Hellenistic World. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. 412-445.

contendas pelo território da Coele-Síria continuavam, vários problemas internos de disputas pelo trono do Egito levaram à beira de uma guerra civil. A morte de Ptolomeu IV (221-204 a.C.) abriu um vácuo no poder pois seu sucessor direto, Ptolomeu V Epifanes (204-181 a.C.), era ainda muito jovem para assumir o reino do Egito. Rebeliões e golpes de Estado se sucederam ao longo de sua regência, o que deu ensejo para que os selêucidas avançassem em suas ambições sobre o território da Coele-Síria. Por volta do ano 200 a.C., o rei selêucida Antíoco III (222-187 a.C.) e o rei Filipe V da Macedônia (221-179 a.C.) fizeram um pacto, repartindo as possessões ptolemaicas no mediterrâneo oriental. No entanto, a influência de Roma sobre estas regiões passou a ser sentida com mais intensidade a partir de então, em especial porque o Egito, já nesta época, era o grande fornecedor de grãos para Roma, de modo que, embora as ações de Antíoco III tenham sido exitosas para a ocupação definitiva da Coele-Síria e mesmo da Judéia a partir de 198 a.C., ficava claro a fragilidade do reino selêucida perante o crescente poder romano em toda bacia do Mediterrâneo. Por isso, Antíoco III não hesitou em concluir uma aliança com a casa Ptolemaica do Egito, entregando sua filha, Cleópatra I (ca. 204-178\176 a.C), para esposar Ptolomeu V Epifanes. Não demorou para que a trégua entre os selêucidas e os ptolemeus fosse quebrada e em 170 a.C. o rei selêucida Antíoco IV Epifânio (215 -164 a.C.) invadiu o Egito, tornando Ptolomeu VI Filometor (186-145 a.C.) e sua co-regente e irmã Cleópatra II (185-116 a.C.), filha de Cleópatra I, meros títeres do reino selêucida. A invasão ao Egito desagradou o poder romano e fez com que Antíoco IV se retirasse daquela área, ao menos temporariamente. Com isso foi estabelecido uma espécie de triunvirato no Egito: a) Ptolomeu VI Filometor- b) Cleópatra II e c) Ptolomeu VIII Euergetes (182-116 a.C.), filho e consorte de sua mãe. Após uma série de revoltas e intrigas palacianas Ptolomeu VIII Euergetes tomou como esposa sua sobrinha Cleópatra III (ca. 161\160 e 101 a.C.) na tentativa de unificar o poder monárquico egípcio. Com ela teve 5 filhos, entre eles Cleópatra IV (ca. 138\135-112 a.C), que além unir-se, por um breve período (119-115 a.C.) em matrimônio com seu irmão Ptolomeu IX Soter II (Lathyros) (143\143-82 a.C.), esposou também com Antíoco IX Cyzicenos (Eusebes) (ca.? – 96 a.C.), com o intuito de reestabelecer o pacto com os selêucidas e fortalecer o seu poder interno. Após um curto período de faraonato de seu irmão mais novo, Ptolomeu X (ca.110-88 a.C.), em Alexandria (107-88), Ptolomeu IX retoma o poder com a ajuda de Roma e reina até a sua morte em 81\80, tendo como co-regente, a partir de 88 a.C., sua filha e viúva de Antíoco X, chamada de Cleópatra Berenice III. Esta última teve um curto período de regência até seu assassinato em maio\junho de 80 a.C. Várias perturbações sociais se seguiram neste período e o trono do Egito foi ocupado por um filho de Ptolomeu X

(possivelmente bastardo), Ptolomeu XI Alexandre II (ca. 120-80 a.C.), que aliás, também não durou muito. Neste mesmo ano, um filho, provavelmente ilegítimo de Ptolomeu IX, assumiu como faraó: Ptolomeu XII, chamado Auletes (ca. 115\107-51 a. C.), unindo-se em matrimônio com Cleópatra VI. (ca. 95-57 a.C.). Desta união nascerá Cleópatra VII Philopator, a última governante do Egito ptolemaico. (RÖSCH, 1961, pg. 403; SCHNEIDER, 1997, 224, onde Cleópatra V aparece como Cleópatra VI)

## CLEÓPATRA: ENTRE A IDENTIDADE ÉTNICA E A CULTURAL

Cleópatra nasceu no ano de 69 a.C. e assumiu o trono em 51. Por cerca de dois anos manteve-se co-regente do Egito, dividindo o trono com seu irmão de 12 anos, Ptolomeu XIII (61-47 a.C.), até que este, mancomunado com oficiais da corte, buscasse destroná-la, sendo por isso banido em 48 a.C. para a Síria, o que fê-la tornar-se a única governante a partir do ano de 47. A péssima situação econômica e a presença cada vez mais incisiva do poder romano em terras egípcias (o Egito se torna um protetorado romano a partir deste ano) fizeram com que Cleópatra buscasse aliar-se a Júlio César (100 – 44 a.C.) visando, com isso, manter certa autonomia no Egito perante a iminente invasão romana. No plano interno, Cleópatra procurou, como todos os seus antecessores, contrabalançar a sua identidade greco-macedônica com a cultura egípcia. No entanto, é possível que a presença romana, atuando ali como vetor para o surgimento de uma terceira identidade étnica (a de governante legítima de um reino no Mediterrâneo oriental, como veremos mais adiante), tenha criado um outro cenário no interior da política de auto representação da governante egípcia perante a população nativa.

Por muitos séculos, os egípcios experimentaram o problema de governantes estrangeiros que, por razões geralmente de ordem política, no sentido de legitimarem seu poder para domínio sobre as populações nativas, tiveram que lidar com a necessidade de assumirem parte da cultura local, sem que se desvinculassem totalmente de suas identidades étnicas. Hicsos, núbios, persas e gregos são alguns dos exemplos de que identidades culturais não constituem absolutamente sistemas fechados e são permeáveis o suficiente para se permitirem mutuamente influenciar, quando não complementar, formando novos sistemas culturais. As monarquias helenísticas no Egito não foram exceções a estas considerações, e, ao contrário, levaram ao paroxismo o problema da identidade cultural

estrangeira perante uma cultura local. Neste contexto, a auto representação do governante, levando em conta a acomodação de elementos literários e artísticos, se torna decisiva para a compreensão deste processo de 'integração' cultural. No caso das monarquias helenísticas no Egito não se tratava, pois, de uma mera *interpretatio graeca* mas antes da geração de um novo sistema de referência cultural em forma de textos e meios visuais (estátuas, moedas, medalhões, pinturas etc.) em que estavam implicados os tradicionais modos de performance dos rituais e das práticas cerimoniais.

Por isso, antes de avançarmos em nossas análises, faz-se necessário um pequeno *excursus* sobre o sistema de representação egípcio. Na medida em que boa parte da população nativa não poderia ler textos, já que a escrita hieroglífica era sagrada e apenas os sacerdotes tinham pleno acesso a ela e poderiam codificá-la e decodificá-la, os *elementos visuais* se tornaram vitais para que esta interação/integração fosse socialmente aceita e, portanto, *estes elementos visuais tornavam-se os meios privilegiados para o conhecimento e o reconhecimento dos poderes* dos mandatários e do grupo governante, ou seja, para que o conjunto da população pudesse ver e se ver, se identificar tal qual um espelho, em que a *imagem ou o conjunto de imagens* voltado para os que não necessariamente *lessem* aquelas representações pudesse ser entendido também como *mensagem* por aqueles que conseguiam decodificá-la. Obviamente, os meios variavam, bem como o público que os via; além disso, é preciso considerar as diferenças regionais uma vez que, ao longo do Nilo, a maior ou menor variação de elementos regionais influenciava na *composição* do meio visual (à exceção, talvez, de bens móveis, como moedas, produtos de luxo ou mesmo produtos de culto e que circulavam do alto ao baixo Nilo).

Para explicar a enorme importância que havia na composição de qualquer *imagem-mensagem* de um 'compósito' que podemos chamar de *objeto-texto*, tomemos alguns exemplos de objetos advindos de outros contextos – no Egito - historicamente determinados.

O primeiro de nossos exemplos é um ornamento peitoral na forma do pré-nome do rei retirado da câmara funerária de Tut-ankh-amen ou Tutankhamun:

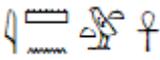


**Figura 1.** Ornamento peitoral encontrado no túmulo de Tutankhamun (1346-1327 a.C.) com o seu nome de trono)

Esta é uma joia conhecida como ornamento peitoral de Tutankhamun (≈ ‘a imagem viva de Atum’), feita com lápis-lazúli, lascas de ouro e outras pequenas pedras preciosas e semipreciosas. Este peitoral, descoberto entre 1922 e 1925, com um escaravelho ao centro e um círculo vermelho que representa o deus Ra, contém, de forma *criptórica*<sup>8</sup>, o nome de trono do Rei Tut: / nb-ḥprw-rʿ/ Neb(☩)-Kheper(☪)U(III)-Re\Ra (☉), que em sua disposição *ideográfica* - obedecendo a chamada ‘inversão respeitosa’ ou ‘majestática’ - está distribuído da seguinte maneira: o que significa ‘Rá é o Senhor das Formas\Aparições’. Isto quer dizer que a maneira como os elementos figurativos -sintaticamente orientados - foram dispostos na peça não servia apenas como objeto de contemplação, mas de *leitura*, e não somente de **uma** *leitura*, mas, antes, de diversas formas de interpretar o que está escrito/inscrito nestes caracteres, como, por exemplo, entender que esta joia representa *in toto* a ascensão de Rá no Horizonte. Cada elemento figurativo pode ser lido e interpretado isoladamente e a conjunção deles idem.

<sup>8</sup> Trata-se de um neologismo, cujo significado repousa na tentativa de deciframento de signos linguísticos articulados propositadamente escamoteados em forma pictórica: Para o presente trabalho, o que nos ocupa é um tipo de inscrição marcada por um traço muito característico: a *dissimulação*, ou seja, a necessidade de o(s)a(s) autor(es)\(as) ocultarem(-se) e\ou não revelarem em sua totalidade o sentido da mensagem, encobrendo em alguns casos a sua identidade ou disfarçando seu significado. Neste caso, as passagens, em muitos casos cifradas, atendem perfeitamente àquelas virtudes da arte da criptografia apontadas por Francis Bacon (1561-1626): „não devem ser laboriosas para escrever e ler; devem ser impossíveis de decifrar; não devem pairar sobre elas quaisquer suspeitas” FRANCIS BACON (1561-1626)– **Proficiency and advancement of learning. Divine and Human.** II, XVI, 6. 4ª. Edição. Londres: Parker, Son, and Bourn, West Strand, 1863, II, XVI, pg. 133. Cf. também um brevíssimo comentário do mesmo autor sobre a língua egípcia: II, XVI, 1, pg. 131.

No entanto, o que sabemos é que, como um todo, o nome Neb-KheperU-Re\Ra era um dos cinco nomes que usualmente compunham a titulatura real, a saber: 1) o nome de

nascimento  (twi-ḥm-imn ≈ a imagem viva de Atum); 2) o nome de trono:

 nb-ḥprw-r' (≈o senhor das formas de Rá); 3) o nome do Horus de Ouro:

 (wts-ḥ'w sḥtp-nṯrw ≈Aquele que eleva as coroas, que satisfaz os

deuses); 4) o nome Nebty: 

(nfr-ḥpw sgrḥ-ḥwi ≈ O de perfeitas leis que pacifica as duas terras); e, 5) o nome de Hórus:

(k3-nḥt twi-mswt ≈ touro potente, agradável de nascimento) .

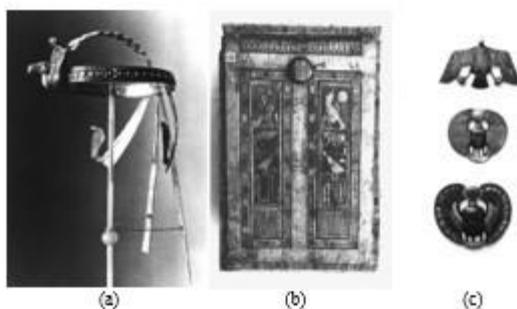
O conjunto destes cinco 'grandes nomes' formavam a totalidade da titulatura real, assumidos pelo Faraó em sua entronização (GARDINER, 1967, pp.71-75). Obviamente, os epítetos ali aludidos ganhavam variações, e isso sem contar os diversos outros títulos que o Faraó adquiria ao longo de seu mandato (SPIESER, 2000, 67-71). Para um defunto, fosse ou não um rei, "a memória do nome era um dos elementos que garantia sua sobrevivência *au delá*"; não obstante, sendo então um deus, vivente ou não, "seu conhecimento ou pronúncia poderiam permitir o contato ou mesmo oferecer um poder sobre a pessoa em questão, pois o nome é em essência criador e vivente" (SPIESER, 2000, 11-12). Naturalmente, tudo dependia da correta disposição dos nomes em um dado espaço, em uma ordem fixa, de modo a produzir os efeitos desejados. Por exemplo, o nome de Trono encontrado em um templo dedicado a Ramses II estava posicionado o mais próximo possível da entrada de modo que o restante da titulatura real indicava a direção para o interior do Templo (SPIESER, 2000, pg. 132).

No caso de Tutankhamun, como se pode observar abaixo, a tumba já se encontrava revirada, desfazendo a ordem em que os objetos haviam originalmente sido colocados.



**Figura 2.** Foto da câmara funerária de Tutankhamun com a classificação numérica dada por Howard Carter

Porém, aqui e ali é possível localizar certos 'objetos-textos' que compõem a titulatura real, como por exemplo, o diadema real (a); a tampa de um baú (b) e o próprio ornamento peitoral (c)



**Figura 3.** (a) Carter No.: 256,4, o; (b) Carter No.: 44;(c) Carter no 267

Antes, contudo, de tirarmos nossas conclusões, passemos agora a outro exemplo de como se comportam estes 'objetos-textos' em nossa abordagem:

## O CASO DA RAINHA ANKHNES-MERYRE

A imagem abaixo da rainha Ankhnes-meryre, em alabastro, tendo sentado em suas pernas o pequeno faraó Pepy II (VI dinastia, 2284-2187 a.C.), exibido no Brooklyn

Museum<sup>9</sup>. Deslocada de seu contexto, a estatueta pode ser entendida como mais um gesto carinhoso entre os membros da família real. No entanto, a estátua é, na verdade, a representação tridimensional do hieróglifo *renen*, usado como elemento determinativo com significado de formar, nutrir *renen* (B 6), e atribuído a deusa Isis, nutriz de Hórus.



Figura 4. (Isis amamentando Hórus)<sup>10</sup>

Logo, a estatueta em alabastro deve ser *lida* como um hieróglifo, cuja finalidade era, ao fim e ao cabo, sinalizar que a rainha Ankhnes-meryre *nutre* o pequeno Pepy II, reatualizando e ressignificando sua representação nutriz tal qual como se ela fosse Isis e ele Hórus. Como não temos o contexto em que estava inserida esta estátua o restante da *sentença* ficou para sempre perdido.

Consequentemente, é possível supor que uma parcela significativa de *realia*, isto é, de objetos produzidos associados à vida real (monumentos, objetos feitos com os mais diversos materiais, elementos pictóricos etc.) do Egito merecesse ser pensada a partir de sua natureza *compósita* com os vários elementos articulados do ponto de vista de seus respectivos *conjuntos*. Consideradas deste ponto de vista, as representações dos governantes ptolomaicos - dinastia de origem macedônica - precisariam ser tratadas sob outra perspectiva.

<sup>9</sup> Estátua da rainha Ankhnes-meryre e seu filho Pepy II, em alabastro. ca. 2288-2224 ou 2194 a.C., 15 7/16 x 9 13/16 in. (39.2 x 24.9 cm). Brooklyn Museum, Charles Edwin Wilbour Fund, 39.119. Creative Commons-BY (Photo: Brooklyn Museum, 39.119\_front\_SL1.jpg Disponível em: <https://www.brooklynmuseum.org/opencollection/objects/3446>; acessado em 15/01/2015.

<sup>10</sup> Estátua de bronze de Isis amamentando Hórus (ca. 680-640 a.C.). 55 x 15 x 23,5 cm; 61 cm (h. base e objeto). Walters Art Museum. Nr. 54.416. Disponível em: <https://art.thewalters.org/detail/27595/isis-with-horus-the-child/> acessado em: 15/01/2015.

## O CASO DE CLEÓPATRA VII

Ao longo de todo período ptolemaico temos (IV-I a.C.), fora de Alexandria, uma distribuição desigual dos vestígios escritos e/ou visuais, em especial a arte monumental, e que estão concentrados principalmente nos séculos II e I a.C. Estes vestígios são, em sua grande maioria, de origem régia, ainda que haja templos que possuam artefatos, estátuas e pinturas, em que se encontram uma mistura de elementos visuais régios e não-régios. As inovações na auto representação dos governantes constituem um elemento delicado porque têm que lidar com a milenar tradição textual e pictórica egípcia. Deste modo, há que se considerar a impossibilidade da 'helenização' dos elementos tradicionais egípcios sem a contrapartida da 'egípcianização' de outros elementos gregos. Em muitos casos, o que se percebe, ao contrário, é uma assimilação de elementos de uma ou outra parte bastante reticente quando mesmo não existente. A presença romana cada vez mais intensa no Egito levará a uma reconsideração destes padrões.

Podemos dividir *em grandes linhas* as formas de auto-representação de Cleópatra em três momentos que espelham a complexidade histórica do período. O primeiro deles, de 51 a 47, em que Cleópatra, ao lado de seu irmão, tem que se firmar como uma governante egípcia de etnia greco-macedônica; o segundo momento, de 47 a 37 a.C., já como monarca, refere-se a expansão de seu poder, assumindo, conforme a localidade, ora uma identidade cultural, ora uma identidade étnica; o terceiro momento, de 37 a 30, em que procura o que podemos chamar de denominador comum para sua auto-representação. Optamos por selecionar registros textuais e pictóricos representativos destas fases, pondo de lado as diferenças regionais e as diferenças existentes entre os grupos sociais e dando especial atenção, em razão do curto espaço de tempo para a exposição, a última destas fases. Nossa hipótese é a de que a iminente romanização do Egito, a partir de 47 a. C., levou a uma tentativa crescente de fusão dos elementos helenísticos e egípcios por parte da elite governante, não apenas em nível visual mas em nível conceitual, tentativa esta que foi esvaziada com a morte de Cleópatra em 30 a.C. Pesam em sua política de auto representação nesta última fase não apenas a percepção que a elite e boa parte da população tem de sua governante, mas também a recepção de sua imagem perante as autoridades romanas.

Façamos agora um pequeno *apanhado* das representações de Cleópatra VII em três diferentes momentos de seu reinado. A primeira imagem é de uma estela encontrada na região de Fayoum-Soknopèon e que se encontra atualmente no museu do Louvre (E 27113). Os detalhes desta estela se encontram no importante de artigo de Wagner (WAGNER, 1973, 103-108)<sup>11</sup>. Trata-se de uma estela de 52, 5 cm de altura, 27, 7 cm de largura e 4 cm de espessura, tendo imediatamente abaixo da imagem uma inscrição em grego onde se lê:



**Figura 5.** Pela rainha Cleópatra, deusa Filopator, local do sínodo de S(o)nonaïtiaca (de Isis Snonaïs), cujo oficiante mor é Onnofris, o lesone. Ano 1, 1º. Epif.

A inscrição se refere diretamente ao ano de entronização da rainha Cleópatra como faraó no Egito, isto é, ao ano de 51 a.C. Nota-se a omissão da imagem e do nome de seu irmão, Ptolomeu XIII, talvez porque se referisse diretamente a uma associação da rainha Cleópatra, deusa Filopator ('amada do pai'), ao culto da deusa Isis, neste caso Isis de S(o)nonais, região provavelmente localizada no que é hoje conhecido como região de Hawara em Fayoum (PFEIFFER, 2015, 177). Cleópatra está representada à direita, como um faraó, fazendo uma dedicatória à deusa Isis que se encontra à esquerda, sentada e aleitando o pequeno Hórus.<sup>12</sup> Isis, esposa e irmã de Osíris, mãe do primeiro Faraó, era uma das mais importantes deusas do panteão egípcio e seu culto, a partir do IV século a. C. difundiu-se por todo o Mediterrâneo e para além dele (BRICAULT, 2001,1).

<sup>11</sup> **Rainha Cleópatra VII (referente ao período ca. 51-30 a. C.), vestida como um faraó, fazendo uma oferenda a deusa Isis. 2 de julho de 51 a.C. Calcário H: 52,40 cm.; L.: 28 cm.; Pr.: 4 cm. Louvre: E 27113.**

<sup>12</sup> Também chamada de *Isis lactans*.

A inscrição em língua grega *não* pretende descrever a imagem da cerimônia, mas apenas *situar* o leitor, muito provavelmente de fala grega, sobre o que trata o conjunto da cena, informando-lhe onde, como e quando ocorrera o fato retratado. Pelo que se lê, ao que tudo indica, a inscrição grega foi feita ao tempo da ‘presidência’ de Onoffris que, na época, era o administrador mor – assim chamado *lesone* - responsável pelo culto de Isis em Sononais. Na imagem da faraó Cleópatra não há traços femininos; ao contrário, pois Cleópatra surge, na imagem, canonicamente retratada como um homem, com as coroas reais do alto (Heget) e baixo (Desheret) Egito, embora, contudo, nota-se a ausência da barba postiça (*dw3-wr*), um dos símbolos do poder real, que, em muitas estelas, aparece como adorno privativo do faraó. Ora, supondo que a imagem-mensagem deva ser lida, provavelmente seria lida assim: “O Faraó [Cleópatra], Deus do Alto e Baixo Egito, faz libações e oferendas a Isis, nutriz de Hórus [Ptolomeu XIII].” E logo a seguir, abaixo, a inscrição grega.

Nosso segundo exemplo é uma estátua, cuja figura é atribuída a Cleópatra VII e que corresponde a seu período de reinado entre 47-37 a.C. Trata-se de uma estátua de corpo inteiro, feita de basalto negro, com cerca de 1 metro de altura, sobre uma base de 8, 4 cm. Embora esteja vestida, nota-se com clareza as formas de seu corpo, em razão da transparência do tecido de linho. Adornando sua cabeça está uma peruca tripartite (com duas partes para frente e uma para trás) e encimando-a o chamado uraeus \ W3DT triplo, uma coroa com três cabeças da cobra uraeus; envolvida em seu braço esquerdo está uma cornucópia, símbolo grego de fertilidade e de prosperidade e apanágio da deusa Demeter, que expelle frutos; seu braço direito sustenta um *ankh* | , símbolo ideográfico de *vida*.



**Figura 6.** (representações de Cleópatra VII)<sup>13</sup> (A deusa Ma'at com o *ankh* e o cetro *was*)<sup>14</sup>.

Em geral, o *ankh* era acompanhado por um cetro – /was/ – denotando poder. Neste caso, como em outros, onde apenas a *pena* representasse a deusa, a figura acima poderia ser lida como 'Vida, Justiça, Poder. Mas, se observarmos com atenção a imagem da *estátua* de Cleópatra, encimada com a tiara Uraeus\W3DT, veremos que a rainha aparece segurando uma cornucópia em sua mão esquerda. Como em muitas outras representações a W3DT está associada a MA'AT tal qual a própria deusa, sendo substituída por ela na leitura em uma espécie de sinédoque do corpo. Assim, se 'lêssemos' a *estátua* com todos os seus elementos, então estaria escrito: Ankh – w3dt – Cornucópia \ou Vida, Justiça, Prosperidade.

<sup>13</sup> Estátuas de Cleópatra em basalto. Século I a.C Nr. 3936. h. 104,7 cm. The State Hermitage Museum. Disponível em: [https://www.hermitagemuseum.org/wps/portal/hermitage/digital-collection/06.%20sculpture/86737!/ut/p/z1/04\\_Sj9CPykssy0xPLMnMz0vMAfljo8zi\\_R0dzQyNnQ28\\_J1NXQwc\\_YMCTIOc\\_dwNDE30w8EKDHAARwP9KGL041EQhd94L0IWAH1gVOTr7JuuH1WQWJKhm5mXlq8fYWCmp1CcXJpTUFJalKofYWFmbmwOdEsUmmme3uZA00JMPfz9w5yNnE2gCvC4pyA3NKLKx8Mg01FREQA5qkBn/dz/d5/L2dBISEvZ0FBIS9nQSEh/?!ng=pt](https://www.hermitagemuseum.org/wps/portal/hermitage/digital-collection/06.%20sculpture/86737!/ut/p/z1/04_Sj9CPykssy0xPLMnMz0vMAfljo8zi_R0dzQyNnQ28_J1NXQwc_YMCTIOc_dwNDE30w8EKDHAARwP9KGL041EQhd94L0IWAH1gVOTr7JuuH1WQWJKhm5mXlq8fYWCmp1CcXJpTUFJalKofYWFmbmwOdEsUmmme3uZA00JMPfz9w5yNnE2gCvC4pyA3NKLKx8Mg01FREQA5qkBn/dz/d5/L2dBISEvZ0FBIS9nQSEh/?!ng=pt); acessado em: 15/01/2015.

<sup>14</sup> Detalhe da deusa Ma'at no chamado 'Livro dos Mortos' de *Tayesnakht*. (ca. 330-305 a.C.), tendo em sua mão direita *ankh* e em sua mão esquerda o cetro *was*. Museo Egizio di Torino. Collezione papii. Inv. Nr. 1833. Disponível em: [https://collezionepapii.museoegizio.it/en-GB/material/Cat\\_1833/](https://collezionepapii.museoegizio.it/en-GB/material/Cat_1833/); acessado em: 01/06/2019.

Nosso terceiro exemplo é um monumental baixo relevo representando Cleópatra VII como a deusa Isis-Hathor no templo de Dendera, cerca de 600 km ao sul do Cairo (supra C). Ao seu lado está o pequeno Cesarion (44-30 a.C.), seu filho com Júlio César (100-44 a.C.), vestido como Faraó. Seu rosto e corpo são retratados em uma típica posição lateral, com o uraeus, o cabelo tripartite penteado em cachos, o cetro was, em sua mão esquerda e ankh (vida), em sua mão direita. Com seios e ventre proeminentes, Cleópatra assume o papel das deusas em tela: Hathor, deusa nutriz e filial, e Isis, deusa-mãe protetora. O papel marcante de Ísis como a responsável pela manutenção da vida e da instalação de Hórus como faraó está presente na representação de Cleópatra-mãe e seu filho e sucessor do trono.

Na ética social egípcia nada mais importante do que a garantia de continuidade e, por conseguinte, a canonicidade de suas formas de apresentação: para os homens comuns, a prole (no caso aqui representado por Cesarion), em uma sociedade agrária, significava mais braços e permanência do nome; para a realeza, os descendentes significavam a manutenção do trono e da ordem faraônica, bem como a continuação dinástica. Contudo, - e aqui é importante frisar este aspecto -, a representação de Cesarion foge ao traço canônico da nutriz e de seu filho: Cesarion aparece independente, à frente da Deusa, fazendo ele próprio as libações, induzindo, pois, a pensá-lo como seu sucessor. Esta visão tem consequências extraordinárias para nossa análise, pois nela, os elementos sintáticos articulados no *objeto-texto*, canonicamente fixados, dão espaço para uma representação preponderantemente imagética ou, poderíamos dizer, simbólica.

A relação dos ptolomeus com o casal divino Isis-Osíris, pode ser notada desde Ptolomeu II Philadelphos o qual associava o culto enquanto governante egípcio, ao culto dos populares deuses. Ao denominar seu pai, Ptolomeu I, responsável pela formação do culto a Alexandre, como *Theos Soter*, Ptolomeu II instituiu a chamada *ptolemaia* (VOLKMANN, 1979, pg.1216) festival periódico a cada quatro anos, o qual rememorava a origem divina do casal reinante. A divinização dos governantes era constatada pela presença de estátuas dos mesmos, em numerosos templos, pelo território egípcio. O fato de manterem a dinastia entre os membros da família, levou a várias uniões entre irmãos e mesmo entre genitores e filhos diretos. Ptolomeu II e Arsinoe espelhavam sua união no casal divino Isis e Osíris, eles mesmos irmãos descendentes dos deuses primordiais. A união entre irmãos, no entanto, não era regra entre os egípcios como erroneamente

interpretam alguns autores (CAMPAGNO, 2009, pp. 1-8)<sup>15</sup>, embora tenha sido empregado por alguns faraós do Reino Novo para legitimar sua ascensão ao trono pelo sangue divino, matrilinearmente transmitido.

Ptolomeu II foi também o responsável por uma série de construções e reformas de vários templos por todo território egípcio (SCHNEIDER, 1997, pg. 210), mas foi sobretudo a construção do templo de Isis na ilha de Philae, assim como várias obras ligadas à deusa, o seu principal legado. É Arsinoe II, sua esposa e irmã, a primeira da dinastia a associar-se à figura da deusa Isis auto-intitulando-se “Isis Arsinoe Philadelphos” (DUNAND, 2008, pg. 91). É também Arsinoe II a primeira das rainhas ptolemaicas a ser divinizada ainda em vida<sup>16</sup>: sua imagem é retratada atrás da imagem de Ísis no templo de *Philae* e seu irmão Ptolomeu II lhes rende culto. Logo, Cleópatra VII possuía, em certa medida, algum lastro para introduzir mudanças significativas no modo de representá-la, a ela e a seu filho.

## CAMINHANDO À CONCLUSÃO

Admitimos nossas limitações para com o fato de extrair maiores implicações da articulação “entre vida social e materialidade”, correndo o mesmo risco de fracasso onde outros também falharam. Não obstante, sem levar em conta os resultados aqui apresentados, cremos que o caminho é promissor por ampliar nossos horizontes não apenas quanto às sociedades pretéritas, mas também em nosso tempo presente. Vale a pena, portanto, uma vez mais acompanhar a admoestação oferecida por Rede:

O trabalho do historiador intervém, justamente, nessa sucessão de estados da cultura material. E isto duplamente: em primeiro lugar, porque, observando os contextos originais em que as coisas tiveram sua existência social, o estudioso deve estar atento para suas mutações, para o fato de que a cultura material, em consonância com todos os demais elementos da sociedade de que faz parte, tem sua historicidade. Em segundo lugar, o próprio trabalho de análise implica uma dessas mutações; considerar a cultura material como documento é atribuir-lhe um valor específico, de condutor de informações, situando-a, ao menos provisoriamente, em um estágio terminal. A inserção da cultura material das sociedades do passado (e também do presente) na operação de conhecimento supõe uma

<sup>15</sup> Conforme o autor, a união conjugal entre parentes, ainda que fosse basilar na organização social, era, no caso de irmãos e irmãs *stricto sensu* agnáticos, bastante regulada e se restringia, pelo menos até o período romano, ao círculo real. Cf. Pp. 3-4.

<sup>16</sup> <http://www.ucl.ac.uk/museums-static/digitalegypt/gr/background.html>

alteração radical na natureza mesma das coisas, um esvaziamento dos predicados que lhes eram próprios nos contextos sociais e, no mesmo movimento, a atribuição de outras potencialidades, de caráter epistemológico. O documento só existe, portanto, por intervenção do historiador. (REDE, 2012, PP. 147-148)

Em termo concretos, o que notamos então naqueles *objetos-textos* em que Cleópatra VII se apresenta como faraó a partir de 37\36 é uma forte tendência de convergência de múltiplas divindades, gregas e egípcias – especialmente Isis - no que diz respeito aos aspectos estéticos até então negligenciados pela tradição canônica egípcia e mesmo helênica, isto porque, em nossa opinião, se, de um lado, há a preocupação em apresentá-la saudável e pura, o que fazia recordar a deusa Isis, ela própria, de outro, as imagens de Cleópatra fazem lembrar qualidades como a Fertilidade, a Sexualidade e a Beleza presentes em diferentes divindades greco-romanas. Estas e aquelas características serão materializadas em suas representações por meio de adereços, vestimentas, gestuais etc., e no emprego articulado destes elementos com o seu caráter imagético. Deste modo, ao descrevermos uma imagem de Cleópatra VII, ainda que seja uma imagem idealizada da rainha do Egito, devemos tomá-la como um todo, onde cada item – roupas, adornos, pinturas etc – devem refletir a sobredita confluência de divindades. No entanto, no plano puramente textual destas imagens cada vez mais a *sintaxe* canônica egípcia perde lugar para o aspecto pictórico da representação hieroglífica.

Mais do que um sincretismo, há uma coexistência de imagens e símbolos que procuram se coadunar à linguagem entre dois mundos. A Cleópatra que se apresenta aos egípcios, também era entendida pelos gregos. Haveria, então, uma dupla leitura: uma que seguia os padrões egípcios e outra não-egípcia, em que elementos estranhos à *leitura* são introduzidos para induzir uma mensagem, como a estela aqui apresentada ou a representação no templo em Dendera podem demonstrar. É possível, no entanto, pensarmos que em cada grupo cultural havia uma chave de leitura, acessível pelas representações e escolhidas de forma a corresponder a expectativa dos diversos quadros sociais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASHTON, Sally-Ann - **Ptolemaic royal sculpture from Egypt : the Greek and Egyptian traditions and their interaction**. Volume II. Catálogo de Esculturas. King's College London. Thesis doctoral.1999.

BACON, Francis (1561-1626) – **Proficiency and advancement of learning. Divine and Human**. II, XVI, 6. 4°. Edição. Londres: Parker, Son, and Bourn, West Strand, 1863.

BRICAULT, L. **Atlas de la diffusion des cultes isiaques. IV s. av. J. C.- IV s. après J. C.** Paris: De Boccard, 2001, pg. 1

CAMPAGNO, Marcelo, 2009, Kinship and Family Relations. In Elizabeth Froom, Willeke Wendrich eds.), **UCLA Encyclopedia of Egyptology**, Los Angeles. 1(1) 2009. Pp. 1-8.

DUNAND, Françoise. **Isis, mère des dieux**, Lonrai: Acte Sud, 2008. (collection Babel, 916)

GARDINER, Alan H. **Egyptian Grammar Being an Introduction to the Study of Hieroglyphs**. Oxford: Griffith Institute. Cambridge Univ. Press 1967. Pp 71-75.

HEINE, H. The Syrian-Egypt Wars and the new kingdoms of Asia *Minor*. In: WALBANK, F. W. *Sources for the period*. In: WALBANK, F.W.; ASTIN, A.E; FREDERIKSEN, M.W.; OGILVIE, R.M. (EDS.) **The Cambridge ancient history**. Vol. 7. Parte 1. The Hellenistic World. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. 412-445.

MARTINS, Mônica. de Souza Nunes e MOTTA, Márcia M. M. **História e Parceria**. Seropédica/RJ: EDUR, Anpuh, 2018.

MENESES, Ulpiano Bezerra de A. – A Cultura Material no Estudo das Sociedades Antigas. **Revista de História**, nr. 115, 1983, pp. 103-117.

NÉRET, Gilles. **Description de l'Égypte, ou, Recueil des observations et des recherches qui ont été faites en Égypte pendant l'expédition de l'armée française**. Édition complète, Köln: TASCHEN, 2002.

PFEIFFER, Stefan – **Griechische und lateinische Inschriften zum Ptolemäerreich**, Berlin: LIT Verlag, 2015.

PLUTARCO, **Moralia**, Vol. V of the Loeb Classical Library edition, 1936.

PLUTARCO, **The Parallel Lives**, Vol. IX of the Loeb Classical Library edition, 1920.

REDE, MARCELO. História e Cultura Material. In: CARDOSO, C. F. S. & VAINFAS, R. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. Cap.07. Pp. 133-150.

RÖSCH, S. Die Ahnenschaft der Königin Kleopatra VII von Ägypten Familie und Volk. **Zeitschrift für Genealogie und Bevölkerungskunde**; Heft 4,1961, p. 396-402.

SCHNEIDER, Thomas. **Lexikon der Pharaonen**, Zürich: Artemis, 1997.

SHAW, Ian. **The Oxford History of Ancient Egypt**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

SPIESER, CATHIE. **Les noms du Pharaon: Comme êtres autonomes au Nouvel Empire**. Freiburg/Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht: 2000

VOLKMANN, Hans. «Ptolemaia» In: ZIEGLER, Konrad; SONTHEIMER, Walther. (Eds.) Der Kleine Pauly : **Lexikon der Antike** in fünf Bänden. Deutscher Taschenbuch Verlag: München, 1979.

WALBANK, F. W. Sources for the period. In: WALBANK, F.W.; ASTIN, A.E; FREDERIKSEN, M.W.; OGILVIE, R.M. (EDS.) **The Cambridge ancient history**. Vol. 7. Parte 1. The Hellenistic World. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. 1-22.

WAGNER, Guy. Une dédicace à la grande Cléopâtre de la part du synode snonaïtiaque Le **Bulletin de l'Institut français d'archéologie orientale** (BIFAO), 73, 1973, p. 103-108.

Recebido em: 31/10/2019

Publicado em: 15/02/2020